



INTERNACIONALIZAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR: ESTRATÉGIA OU MODISMO

ELISA KASPAREIT JUSTINO

RESUMO

O objetivo do presente ensaio teórico é analisar os reflexos da interdependência global nas estratégias das Instituições de Ensino Superior (IES) privadas. O fato fundamental do século 21 é a interdependência global. A maior movimentação de pessoas, bens e serviços, idéias e informações impulsionam a procura por educação em todo o mundo e desafiam as IES a buscarem a internacionalização não como modismo, mas como estratégia de compartilhamento ou complementariedade de competências, visando à inovação, a melhor preparação de profissionais globalizados e conseqüentemente a sustentabilidade deste tipo de organização. O artigo faz uma breve revisão sobre a interdependência e sociedade global e conseqüências na transformação do trabalho e mercado de trabalho. Apresenta o panorama da educação superior na América Latina e o processo de internacionalização das IES. Conclui-se com a apresentação de práticas que possibilitam a inserção internacional das IES privadas como estratégia e reflexo positivo da interdependência global, de forma a potencializar o cumprimento da principal missão que é preparar os profissionais para uma sociedade cada vez mais globalizada.

Palavras-Chaves: Interdependência Global, Internacionalização das IES, Estratégia

1 INTRODUÇÃO

A interdependência global é uma realidade. A criação de blocos internacionais e o comércio internacional, somados a explosão da tecnologia da informação, dos avanços da democracia e diversidade, desencadeiam um ótimo ambiente para a criação e aceitação de uma sociedade em constante contato econômico, social e cultural.

Também a comunidade profissional se encontra impactado pelos desafios da interdependência global, onde os tratados de livre comércio criam oportunidades para a intensificação do comércio internacional, considerado, historicamente, o elo principal entre as economias nacionais. Não obstante, sua importância relativa no processo atual de globalização é menor do que a da integração financeira e do que a da internacionalização dos investimentos e da produção internacionais diretas.

Esta realidade impõe que as organizações, de forma geral, tenham em seus quadros profissionais não só com competências específicas à sua especialidade, mas que tenham uma visão global, que possam trabalhar em ambientes diferentes do seu ambiente regional e que possam se comunicar transculturalmente. Falar um segundo ou terceiro idioma ou ter experiências transculturais passam a ter uma importância tão grande quanto os conhecimentos e experiências específicas relacionadas à profissão.

As IES, a exemplo de outras organizações, estão inseridas e operam neste ambiente globalizado e altamente dinâmico, onde as mudanças constantes exigem estratégias de internacionalização como forma de adaptação a esta realidade.

A comunidade mundial de educação superior tem reconhecido que, para formar profissionais preparados para enfrentar sociedades globalizadas, deve permitir também que a globalização chegue às IES. A importância desta idéia está evidente na declaração publicada na Conferência Regional de Educação Superior na América Latina e no Caribe (CRES), realizada em junho de 2008, com apoio da UNESCO, na Colômbia, onde declara que no plano internacional é preciso fortalecer a cooperação da América Latina e do Caribe com as outras regiões do mundo, particularmente a cooperação Sul-Sul e, dentro desta, com os países africanos. As conferências regionais e mundiais da educação superior apoiados pela UNESCO têm tratado com igual importância os conceitos de qualidade educativa, acesso, equidade e cooperação acadêmica internacional.

Muitas organizações de educação superior têm buscado atender de forma proativa ao proposto pelas declarações da UNESCO incentivando, por exemplo, seus estudantes a freqüentarem dois a quatro semestres em outro país ou viabilizando que gestores, pesquisadores ou docentes realizem atividades em outro país.

Na realidade, a grande maioria das IES encontra dificuldades em realizar este tipo de atividade recomendada pela UNESCO, de aproveitar o intercâmbio acadêmico e cooperação interinstitucional para permitir experiências internacionais aos integrantes deste tipo de organização e desta forma, viabilizar de forma mais efetiva a formação de profissionais competentes e preparados para que possam atuar em sociedades globalizadas.

O objetivo deste trabalho é analisar os reflexos da interdependência global nas estratégias das Instituições de Ensino Superior privadas, de forma a potencializar sua eficácia e contribuir para que a organização cumpra sua missão de preparar profissionais para uma sociedade cada vez mais globalizada.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Somente as instituições mais ágeis e mais competentes irão sobreviver aos novos tempos, marcados por uma sociedade cada vez mais interdependente e global, com transformações no trabalho e mercado de trabalho. Esta realidade traz conseqüências nas estratégias de atuação das IES, que tem como principal missão a preparação de profissionais capazes de atuar neste ambiente, além de gerar e transferir conhecimento que garanta a soberania de seu País.

2.1. Interdependência e Sociedade Global

As distâncias evaporaram-se; as fronteiras, atualmente, não são mais barreiras à circulação tanto de pessoas quanto de bens, capitais e idéias; as novas tecnologias da informação e comunicacionais alteraram a noção de tempo. Esses fluxos propagam-se no campo das relações internacionais (codificadas, normatizadas e reguladas entre Estados) e transnacionais (através das fronteiras, tracejando os limites nacionais, infiltrando e desbordando os Estados), nos quais as regulamentações, quando existem, são escondidas e discretas.

As sociedades contemporâneas, a despeito de suas diversidades e tensões internas e externas, estão articuladas numa sociedade global. Uma sociedade global no sentido de que compreende relações, processos e estruturas sociais, econômicas, políticas e culturais, ainda que operando de modo desigual e contraditório. Nesse contexto, as formas regionais e nacionais evidentemente continuam a subsistir e

atuar [...] Mas o que começa a predominar, a apresentar-se como uma determinação constitutiva, é a sociedade global, a totalidade na qual, pouco a pouco, tudo o mais começa a parecer parte, segmento, elo, momento (IANNI, 1992).

A queda do muro de Berlim foi apenas o símbolo de algo que teve suas raízes desde antes das duas guerras mundiais. A política externa e a diplomacia não são algo recente, porém muito mais antigo do que se imagina. (ALBUQUERQUE, 2005)

A economia mundial está passando por uma profunda transformação estrutural que, no que tange às implicações de política, difere nitidamente do período de interdependência dos anos 70 e início dos anos 80. Diante dos laços atuais entre produção e consumo global e o surgimento de redes sociais e de identidade que ultrapassam as fronteiras, é difícil imaginar como poderíamos retornar ao estágio anterior sem uma grande crise econômica, política ou social.

Contudo, aprender a operar nele e identificar-se com este ambiente sem hierarquia, altamente dinâmico e cada vez mais desprovido de territorialidade e vencer as muitas pressões que provoca mostrou-se um desafio maior do que muitos teriam previsto imediatamente após o fim da Guerra Fria.

A interdependência global é uma das características mais expressivas do período iniciado com o fim da Guerra Fria, caracterizada pelos processos de transnacionalização financeira, econômica, tecnológica e cultural. Ela tem muitas faces, envolvendo uma crescente mobilidade de mercadorias, pessoas, serviços, capitais, tecnologias e bens culturais. Gradativamente, o papel das fronteiras nacionais tem-se mostrado mais tênue, seja do ponto de vista jurídico-político seja do ponto de vista cultural. O surgimento de conceitos como sociedade global, terceiras culturas, cultura internacional-popular, economia-mundo, multilateralismo e outros similares está a indicar a constituição de novas realidades sociais, políticas e econômicas cujas dimensões internas e externas estão cada vez mais interligadas.

Certamente, o termo mais usual para designar este mundo pós-interdependente é globalização. Muitas vezes o termo é usado sem que tenha sido definido. Com frequência, a globalização é caracterizada pela intensificação contínua de atividades financeiras e econômicas acima das fronteiras resultando em maiores graus de interdependência econômica.

Essencialmente, interdependência e globalização seriam termos intercambiáveis. Entretanto, se pudéssemos captar a mudança atual em termos meramente quantitativos, haveria pouca necessidade ou incentivo para que os governos reavaliassem, à luz da globalização, seu próprio papel ou o das instituições multilaterais e os princípios que regeram a economia mundial desde o fim da II Guerra Mundial.

Por outro lado, se estivermos no meio de uma transformação realmente qualitativa, torna-se necessário estabelecer uma distinção mais formal entre interdependência econômica e globalização, que nos permita avaliar não somente a necessidade, mas também a direção adequada da mudança.

Ao contrário da interdependência econômica, que reduziu a distância entre nações soberanas e exigiu uma cooperação macroeconômica mais estreita entre atores do setor público, o maior impulso da globalização provém de atores microeconômicos, o que nos obriga a reconsiderar formas tradicionais de cooperação internacional apropriadas para a gestão da própria interdependência econômica. A globalização é um fenômeno de grandes corporações. Começou em meados dos anos 80 quando as empresas reagiram à concorrência mais acirrada provocada pela desregulamentação e liberalização durante a era de interdependência econômica. Assim, a globalização representa a introdução de uma dimensão transnacional na própria natureza da estrutura organizacional e no comportamento estratégico de determinadas empresas. O crescente movimento além das fronteiras de capital cada vez

mais intangível, como finanças, tecnologia, informação, bem como propriedade e controle de ativos possibilita às empresas incrementar sua competitividade e cria uma rede trans-fronteiras de nódulos interligados que geram valor e riqueza.

O comércio internacional também passa por uma transformação qualitativa, reestruturado pelo investimento direto estrangeiro e alianças internacionais. Segundo estimativas da OCDE cerca de 70% do comércio mundial é intra-ramo ou intra-empresa.

Tudo isto indica que parte crescente da atividade econômica internacional durante a última década retrata a reestruturação de atividades das organizações em nível interno, embora trans-fronteiras. Em muitos casos as organizações absorvem ações estrangeiras e internalizam atividades econômicas que outrora se efetuavam no mercado aberto. Alianças como contratos de fornecimento a longo prazo, de licença ou franquia não ficam plenamente expostas às forças do mercado.

Sobre as multinacionais, muitas vezes locomotivas da globalização, Bhagwati (2004) alerta que são responsáveis por uma gigantesca percentagem dos investimentos estrangeiros diretos nos países pobres, e que a reputação delas vale mais que o conceito de “tirar proveito” da frouxidão das leis muitas vezes presente nos países mais pobres. A questão do trabalho “explorado” vem logo à mente, mas o economista lembra que os salários devem ser ajustados de acordo com as diferenças de produtividade. Basta comparar os salários pagos pelas multinacionais com aqueles pagos pelas empresas locais de um determinado país pobre que fica claro a falácia dessa acusação de exploração. Afinal, os salários das multinacionais são quase sempre superiores aos oferecidos pelas empresas locais. Pesquisas apontam que este prêmio costuma ficar em 10% ou mais. Bhagwati (2004) conclui sobre esta questão: “Ao aumentar a demanda de mão-de-obra nos países hospedeiros, é praticamente certo que as multinacionais acabem por melhorar o nível em geral dos salários, aumentando, assim, a renda dos trabalhadores nesses países”.

Segundo Bhagwati (2004), a presença dessas multinacionais, acarreta também o que os economistas denominam de *spillover*, que seriam externalidades positivas criadas pelo aprendizado das técnicas, gerenciamento, práticas mais avançadas de gestão, enfim, toda a difusão de fatores que propiciam maior produtividade às empresas. Há uma verdadeira “corrida para cima” com a globalização, como não poderia deixar de ser, já que a competição doméstica tem o mesmo efeito em relação a uma situação de monopólio. Quanto menos concorrência, menos eficiência também. Eis um fato bastante lógico e empiricamente provado, como se pode comprovar, por exemplo, comparando a riqueza da Coreia do Sul, comercialmente aberta, com sua miserável irmã do norte, fechada para o mundo.

Como uma das causas para o sentimento antiglobalização, Bhagwati (2004) destaca o temor de uma maior volatilidade dos preços e dos empregos com a maior abertura comercial. Porém, ele afirma que análises empíricas sugerem que a rotatividade no emprego não cresceu expressivamente nos Estados Unidos e no Reino Unido a despeito da globalização. Na verdade, esses países transportaram partes mais voláteis da economia, como a agricultura, para outros países que se beneficiam disso, por causa das suas vantagens comparativas, enquanto o foco maior em serviços garante menor volatilidade no emprego e na economia dos países desenvolvidos. É uma situação claramente de ganhos mútuos.

Nas palavras do autor Bhagwati (2004): “O comércio liberal, como sempre insistimos, promove a prosperidade, encoraja a paz entre as nações e é um elemento indispensável da liberdade individual”. É importante defender que o conhecimento dos fatos precisa combater a doutrinação ideológica para que os países mais pobres possam surfar nessa imensa onda que é a globalização.

Portanto, a interdependência global impõe significativos reflexos na transformação do trabalho e conseqüentemente no mercado de trabalho, exigindo das IES um posicionamento estratégico visando adequação a novas demandas apresentadas.

2.2 A Transformação do Trabalho e Mercado de Trabalho

A sociedade da informação ou do conhecimento, de acordo com Schaff (1995), surgiu com o advento da revolução tecno-científica, indicando que o mundo irá se transformar numa rede inter-relacionada, e seus problemas assumirão uma dimensão global. Consta-se que haverá grande aceleração no atual ritmo de desenvolvimento, o que causará impactos sobre a educação.

As redes globais empresariais, representadas por empresas transnacionais cujas culturas organizacionais internalizaram o conceito de rede, são diretamente dependentes do processamento automático de informações. Isto não se limita apenas às mensagens diárias trocadas entre funcionários de filiais distantes ou boletins enviados pelas instâncias superiores de uma organização por e-mail ou videoconferência. Trata-se de um processo cujos serviços e produtos são oferecidos no sentido de otimizar rotinas e resultados, onde o fluxo da informação exige imediatismo para a divisão do trabalho.

Segundo Castells (2007), a nova economia está organizada em torno de redes globais de capital, gerenciamento e informação cujo acesso a *know-how* tecnológico é vital para a produtividade e competitividade. Desta forma, organizações são estabelecidas em redes de geometria variável cujo entrelaçamento suplanta a distinção tradicional entre empresas e pequenos negócios, perpassando setores e espalhando-se por diferentes agrupamentos geográficos de unidades econômicas. Como consequência, o processo de trabalho é cada vez mais individualizado e a mão-de-obra está desagregada no desempenho e reintegrada no resultado por meio de uma multiplicidade de tarefas interconectadas em diferentes locais, introduzindo uma nova divisão do trabalho mais baseada nos atributos/capacidades de cada trabalhador que na organização da tarefa. Os trabalhadores tornam-se cada vez mais individualizados quanto a suas capacidades, condições de trabalho e projetos, perdendo, desta forma, sua identidade coletiva. Neste ambiente global, é difícil distinguir quem são os proprietários, os produtores, os administradores e os empregados em um sistema produtivo de geometria variável, trabalho em equipe, atuação em redes, terceirização e subcontratação.

Constata-se, então, um redimensionamento das culturas organizacionais e dos próprios modos de produção: organização em torno do processo (e não da tarefa); passagem da burocracia vertical para a hierarquia horizontal; interoperacionalidade e flexibilidade, adaptação e antecipação (Castells, 2007). Tais aspectos evocam as características das redes de comunicação.

Apesar da difusão de tecnologias da informação terem dispensado trabalhadores e alguns postos de trabalho, não resultará em desemprego em massa no futuro previsível. A necessidade de trabalho, trabalhadores e classe trabalhadora sempre existirá, o que mudará são as relações sociais entre capital e trabalho. Essencialmente, o capital é global. Geralmente, o trabalho é local. Desta forma, entende-se que a evolução do emprego pode depender de decisões determinadas pela sociedade relacionadas à utilização de tecnologias, política de imigração, evolução da família, distribuição institucional do tempo de serviço no ciclo vital e o novo sistema de relações industriais.

Esta realidade afeta em muito as IES, na medida em que elas necessitam preparar os profissionais para atuar em sociedades informacionais, que pressupõem a valorização da estrutura ocupacional ao longo do tempo, com uma crescente participação das profissões que requerem qualificações mais especializadas e nível avançado de instrução em proporção maior que o aumento de categorias inferiores. “O mundo se transforma a passos rápidos e a sociedade do conhecimento avança na constituição de recursos humanos de alto nível, aptos ao exercício da interpretação das condições internacionalizadas que alimentam a própria internacionalização das universidades” (MORHY, 2005).

2.3 Panorama da Educação Superior na América Latina

A América Latina, e especialmente os países do Mercosul, a partir da década de 1990, passaram por transformações profundas como consequência da adoção de políticas econômicas neoliberais, das privatizações e dos processos de integração regional cujo principal objetivo era aumentar a inserção das economias nacionais no mercado mundial. As primeiras iniciativas, na maioria dos países, foram a abertura comercial seguida de uma reorientação dos acordos comerciais sub-regionais com vistas a ajustá-los a um “regionalismo aberto”, uma participação mais ativa no sistema comercial multilateral, a adoção de novas estratégias empresariais, possibilitadas pela revolução nas tecnologias da informação, das comunicações e do transporte. Houve um aumento da interdependência entre os países da América Latina decorrente da multiplicação de acordos comerciais e de integração assinados na região.

Nos últimos cinco anos, de 2003 a 2007, a América Latina tem passado por um momento econômico melhor, registrando um crescimento médio de 4,5% por ano. Este resultado está relacionado, principalmente, a expansão da exportação e crescimento da demanda de consumo interno. Nas últimas três décadas, o crescimento médio anual não foi superior a 2%.

O melhor desempenho econômico também permitiu um incremento anual de quase 3% na renda *per capita*, ao mesmo tempo, que diminuiu o desemprego e o salário real cresceu. De acordo com a Comissão Econômica para América Latina o desemprego tem decrescido, em 2007, a uma média de 8% na região. Também a taxa de inflação da região tem diminuído significativamente, em contraste com um passado regional de desajustes de preços e hiperinflação.

Por outro lado, a distribuição da renda *per capita* permanece como um problema que representa grandes dificuldades no âmbito político na maioria dos países, adicionado a um baixo nível de competitividade internacional e inovação produtiva sofrível. Mesmo com a diminuição da taxa de desemprego, permanece como problema a ser enfrentado o incremento do subemprego e o emprego informal.

Mesmo persistindo os graves problemas de distribuição de renda, o importante crescimento da renda *per capita* pode significar uma crescente demanda por serviços educacionais, especialmente por educação superior, principalmente por tratar-se de um poderoso instrumento de mobilidade social. O maior crescimento também permite uma maior disponibilidade de recursos fiscais, que possibilitam o investimento em educação como uma opção estratégica de desenvolvimento dos países desta região.

Portanto, a demanda por educação superior na América Latina está sendo influenciada pelo incremento da renda *per capita*, registrada principalmente de 2003 a 2007, e a necessidade destes países de desenvolver pessoas com alta qualificação, além de produzir e transferir conhecimento técnico e científico, para assim tornar mais efetivo e sustentável seu crescimento econômico. Estes fatores têm contribuído para elevar a cobertura de educação superior, considerando a população de 18 a 24 anos na região. Segundo o Instituto de Estatística da UNESCO, a educação superior tem crescido entre 1985 a 2005, de 17% a mais de 31% de média na região. Países como a Argentina, Chile, Costa Rica, Cuba, Panamá, Uruguai e Venezuela tem alcançado uma taxa média de 40% de cobertura na educação superior da população entre 18 e 24 anos, muito próxima do nível registrado em países da OCDE. O Brasil cresceu de 11.3% em 1985 para 23.8% em 2005.

Segundo Iesalc-UNESCO (2006), o aumento das matrículas na educação superior, especialmente a partir da década de 90, se caracterizam pelo aumento das matrículas tanto nas instituições públicas como privadas, sendo maior nas privadas. O crescimento acelerado do

acesso a educação superior é resultado de um grande esforço de financiamento das famílias, considerando que durante a década de 90 o PIB *per capita* esteve praticamente congelado. O acesso a educação na América Latina tem sido acompanhado de menor seletividade nos processos de admissão. As debilidades acadêmicas registradas na formação dos estudantes da educação secundária e a massificação da educação superior geram um contingente de estudantes com maiores carências acadêmicas, levando a uma maior heterogeneidade na qualidade das Instituições. Como resultado destas tendências, se faz necessário redefinir as políticas públicas e instrumentos de financiamento de forma a enfrentar os novos dilemas e desafios que apresenta este importante incremento na demanda por educação superior.

Existem quatro modalidades de financiamento da educação superior que prevalecem na América Latina, que se aplicam de forma diferente em diversas combinações nos países da região, o que demonstra a diversidade de políticas de financiamento e resultados existentes.

O primeiro é o financiamento público direto, por meio de recursos regulares oferecidos pelo Estado às Instituições elegíveis, ou seja, as Universidades Públicas. Chile e Nicarágua são exceções, pois as IES também recebem recursos públicos.

A segunda modalidade é o financiamento público com recursos não recorrentes, de fundos especiais, para atendimento de objetivos especialmente definidos para as IES. Como exemplo, temos o programa PROUNI, lançado em 2005, pelo Ministério da Educação do Brasil, que tem como objetivo otimizar o uso de vagas oferecidas pelas universidades privadas. O objetivo do governo é ter no curto prazo 400 mil estudantes neste sistema, o que no ano de 2006 era de 250 mil estudantes.

A terceira modalidade é o financiamento privado, que ocorre pelo pagamento dos cursos pelo próprio estudante ou por sua família, ou por meio das empresas que subsidiam ou financiam o pagamento dos cursos de graduação ou pós-graduação de seus empregados ou pelo pagamento de programas de pesquisa aplicada. O financiamento também ocorre por meio de doações às IES. Com relação às doações privadas, destaca-se a estrutura regulatória para efetuar as doações, que são extremamente frágeis na maioria dos países latino-americanos.

A última modalidade é o modelo misto, que combina o financiamento estatal fixo baseado em objetivos e metas com o financiamento privado, pago pelos estudantes ou outros mecanismos de financiamento privado. O caso chileno é exemplo, onde o próprio setor estatal universitário cobra mensalidades, além de obter financiamento estatal direto.

As transformações necessárias a serem empreendidas pelas universidades da América Latina para a produção e transferência de conhecimentos estão baseadas na Declaração Mundial da UNESCO, que faz referência a globalização do conhecimento, mas também em mudanças profundas em suas estruturas acadêmicas e de organização, e não somente nas mudanças de conteúdos, métodos, tecnologias e gestão do conhecimento. Conforme Iesalc (2006), as reformas em curso não são reformas no modo de pensar, e sim ajustes técnicos orientados a responder funcionalmente às demandas. Assim, as universidades latino-americanas enfrentam fortes dilemas, tendências e desafios, que devem resolver, considerar e enfrentar.

2.4 Internacionalização das IES

O caráter internacional das universidades está presente desde a idade média, com a criação das primeiras escolas européias. Conforme afirmam Charle & Verger (1996), as “*universitas*” contavam com professores e estudantes de diferentes regiões e países, formando comunidades internacionais, que reuniam-se em torno de um objetivo comum: o conhecimento. Os estudantes e professores partiam em busca do conhecimento, visitando diversas universidades, em Oxford, Bologna ou Paris, e colavam grau em cada uma delas. Isso ocorria em função da busca de aventuras, mas já definia a questão da universalidade do

conhecimento e do importante papel das universidades para a formação de cidadãos com competências globais.

Nos séculos XII e XIII estabelece-se o conceito de Universidade na Europa. Castanho (2000, p. 17) cita a Escola de Medicina de Salerno, Itália, em 1218, como “o primeiro germe de universidade”, fundada no início do século X, seguida da universidade de Bolonha, em 1088, especializada em direito e, como a mais famosa do período, a Universidade de Paris, criada na segunda metade do século XII. Desta forma, a difusão do conhecimento se dá por áreas de excelência: Paris (teologia), Orléans e Bolonha (direito), Salerno (medicina). Na Renascença dá-se o estímulo para os intercambistas (Florença, Cambridge, Basel).

Os séculos XVII e XVIII foram marcados pelo lançamento do “*Grand Tour*”, onde os melhores estudantes visitavam ou estudavam na melhores universidades como na Alemanha, França, Itália e Grã-Bretanha. Com a Revolução Industrial, no século XIX, outros países começam a exportar intercambistas, a exemplo da China e Japão.

No período pós-guerra houve mudança no conceito de “viagens de estudos”, onde o foco passou a ser no aprendizado para convivência pacífica entre os povos, ou seja, educação para a PAZ. França e Alemanha iniciaram o movimento de programas governamentais para intercâmbio cultural. A ênfase foi à reconstrução dos países no período pós-guerra.

Na América Latina, existe há mais de 56 anos a UDUAL (União de Universidades de América Latina) formada por uma extensa rede de universidades do México ao Chile, e uma complexa estrutura de associações de Faculdades, Institutos ou Centros de Pesquisa em diferentes áreas da Ciência, destinados a promover a integração universitária entre os diferentes países. Regionalmente existem a Associação de Universidades do México, a Associação Colombiana de Universidades (ASCUN), do Conselho Superior das Universidades de América Central (CSUCA) e cada país tem uma Associação Nacional de Dirigentes Universitários, tais como ANDIFES no Brasil ou a Assembléia Nacional de Reitores do Peru.

No ano de 1978 são criadas as primeiras Assessorias de Relações Internacionais nas Universidades Brasileiras. No ano de 1988, o Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras cria o FAUBAI, Fórum das Assessorias das Universidades Brasileiras para Assuntos Internacionais, que tem como principal objetivo a promoção da cooperação internacional como mecanismo para a melhoria do ensino, da pesquisa, da extensão e da gestão acadêmica nas instituições de ensino superior brasileiras.

Em 1998, no encontro realizado em Paris, a UNESCO determina que a cooperação internacional deve ser buscada por todas as IES. Uma universidade que quer marcar presença e ter liderança no campo da educação superior e no desenvolvimento científico e tecnológico tem como imperativo, hoje em dia, o incremento de suas relações interinstitucionais e internacionais. A expansão da dimensão internacional da educação superior, mais do que uma opção, é uma responsabilidade de todas as instituições para todos os programas (GACEL-ÁVILA, 2003).

Desta forma, a declaração da UNESCO (1998) recomenda que as IES tomem a iniciativa de internacionalização no lugar de somente reagirem diante das forças externas resultantes da globalização, concebendo a cooperação internacional como parte integrante das suas missões institucionais e, portanto, devem criar mecanismos e estruturas apropriadas para promovê-la e organizá-la.

O Protocolo de Bolonha, assinado em 1999, marca o início da Reforma Universitária Européia e pretende alinhar as Universidades da Comunidade Européia quanto à sua estrutura e duração de seus cursos de graduação e pós-graduação *strictu sensu*, conferindo maior possibilidade de intercâmbio entre estes. Países como a França, com graduação de 03 anos, após os quais o aluno já ingressava automaticamente no mestrado, e dois anos após no doutorado, que duraria apenas mais um ou dois anos, teve que se adaptar no sistema

americano, onde a graduação dura em torno de 04 anos, seguida do mestrado de 02 anos e doutorado de mais, no mínimo, 03 anos. Desta forma, o sistema LMD (License-Master-Doctorat) Francês, como é chamada a versão em uso desde 2002, proporciona aos estudantes maior mobilidade no espaço europeu de ensino superior. A Alemanha criou novos cursos de graduação e pós-graduação de acordo com a estrutura proposta no Protocolo de Bolonha, sem, no entanto, descartar a antiga estrutura enraizada de seu ensino superior, co-existindo as duas estruturas. A Espanha garantiu a mobilidade buscada, que lhes garante o maior número de alunos estrangeiros e maior busca atualmente em termos de intercâmbios acadêmicos. Assim sendo, já na graduação, devido à norma educacional existente entre países, o aluno obrigatoriamente deverá cursar pelo menos seis meses do grau universitário em outro país.

Assim, a experiência educacional internacionalizada demonstra seu grau de importância em países com grande destaque na geração de conhecimento do mundo.

No Brasil, a internacionalização acadêmica ainda é um desafio, pois apesar do reconhecimento quanto à sua necessidade, é, no país, pouco compreendida e menos ainda financiada.

Paradoxalmente, o ensino superior brasileiro já vem sendo avaliado pela CAPES quanto à sua atuação internacionalizada em nível de pós-graduação. As décadas de 70 e 80 foram marcadas por grande esforço do Brasil em capacitar docentes no exterior em nível “*strictu sensu*”, através das políticas de agências como a CAPES e o CNPq. Hoje, o que observamos em decorrência é o crescimento e grande envolvimento com pesquisas internacionais desses docentes com experiência externa, e uma busca independente de outros docentes a procura da mesma oportunidade. O apoio das agências brasileiras com bolsas específicas para estes casos é fator decisivo na grande oportunidade de professores freqüentarem cursos no exterior.

Para a graduação, não existe uma política de incentivo ou orientação com objetivos claros nacionalmente definidos. Não há apoio financeiro significativo para esta modalidade de intercâmbio, ficando este restrito a alunos que possuem recursos financeiros familiares. Este ponto de corte na graduação é, sem dúvida, um dos fatores que aumentam o grande fosso existente entre as classes no Brasil. Portanto, o Brasil abandona a internacionalização da graduação aos auspícios das bolsas dos agentes externos que trabalham segundo a política de seu próprio país. De forma mais objetiva, a distribuição de bolsas para brasileiros por países estrangeiros (através de seus governos, universidades, bancos, etc) não é algo feito ludicamente. Passa, sim, por interesses de colocação de produção do país no mercado internacional, pela disseminação lingüística e cultural, mas principalmente pela simpatia pelo país, tão necessária em momentos de instabilidade da paz internacional.

Neste contexto, torna-se mister referir-se a uma inserção da universidade no contexto global, com a finalidade de geração de conhecimento de alto nível e cidadãos com ampla capacidade técnica e crítica, exigindo adaptação aos novos perfis de universidade exigidos e conseqüentemente a busca por parceiros no exterior. Assim, a internacionalização acadêmica passaria a ter um caráter ativo, com objetivos nacionais e com subsídios para efetivação destes, numa parceria estreita entre governo e universidades, buscando os grandes saltos qualitativos da ciência por meio da produção da ciência e criação da tecnologia em vez de só absorver tecnologia.

Segundo Gacel-Ávila (2003), internacionalização se refere a um processo de mudanças organizacionais, de inovação curricular, de desenvolvimento profissional do corpo acadêmico e da equipe administrativa, de desenvolvimento da mobilidade acadêmica com a finalidade de buscar a excelência na docência, na pesquisa e em outras atividades que são parte da função das universidades.

Para Jesús Sebastián (2004), a internacionalização das instituições é o processo de introdução da dimensão internacional na cultura e na estratégia institucional, nas funções de formação, investigação e extensão e no processo da oferta e de capacidades da universidade.

Ter atividades internacionais é diferente de ter uma política de internacionalização institucional, que deve ser parte integrante do desenvolvimento estratégico da instituição. Portanto, o processo de internacionalização não se refere somente à organização de atividades internacionais (seminários, congressos, programas de intercâmbio). Ter programas de intercâmbio e ter estudantes estrangeiros também não significa ser uma instituição internacional.

Portanto, a internacionalização é a maneira como os países respondem aos impactos do fenômeno da globalização. É a resposta pró-ativa, o conjunto de esforços das universidades para adaptarem-se a um mundo globalizado. A internacionalização promove o reconhecimento, o respeito pelas diferenças e pela identidade cultural, enquanto a globalização desenvolve a homogeneização. (Gacel-Ávila, 2003)

Segundo Teles (2005), pensar num Brasil maior e soberano é dotar as universidades de uma dimensão internacional e possibilitar-lhes o intercâmbio de conhecimento e experiências de forma a propiciar um crescimento qualitativo da graduação, pós-graduação e pesquisa, respeitando-se inequivocamente as diversidades culturais.

Diante do acelerado processo de globalização, percebido principalmente nas últimas décadas, as IES tiveram que buscar um novo espaço, com níveis de internacionalização mais elevados. Trata-se de uma questão de sobrevivência, ou seja, é necessário internacionalizar para poder competir em níveis de igualdade com as melhores instituições de ensino superior nacionais e estrangeiras. Torna-se imprescindível que as IES estejam preparadas para discutir e oferecer soluções para os novos desafios.

3 METODOLOGIA

Este estudo teórico analisou os reflexos da interdependência global nas estratégias das Instituições de Ensino Superior (IES) privadas. A revisão teórica focou a interdependência e sociedade global e as conseqüências na transformação do trabalho e mercado de trabalho, o panorama da educação superior na América Latina e o processo de internacionalização das IES. A análise dos resultados deste ensaio teórico considerou as práticas que possibilitam a inserção internacional das IES privadas como estratégia e reflexo positivo da interdependência global, de forma a potencializar o cumprimento da principal missão que é preparar os profissionais para uma sociedade cada vez mais globalizada.

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS

A crescente internacionalização como resposta das IES a uma sociedade interdependente e global sustenta-se em algumas premissas do cenário mundial da educação: a educação ser o principal elemento de ascensão social e de diminuição da pobreza estrutural; a elevação da escolaridade das pessoas em todo o mundo cresce a cada ano; na sociedade capitalista contemporânea, a educação é um objeto tanto de necessidade como de expectativa e desejo, servindo como importante elemento de status social; o conceito e a prática da educação permanente e continuada encontram-se ainda no estágio inicial de seu desenvolvimento, porém, seguindo seu curso de expansão alheia às dificuldades econômicas e

políticas; a taxa de expansão do ensino superior mundial está muito acima da taxa de crescimento populacional.

Considerando este panorama, e de acordo com Gacel-Àvila (2003), a internacionalização das IES surge em decorrência de como os países estão respondendo aos impactos do fenômeno da globalização, bem como dos esforços pró-ativos empreendidos pelas universidades para se adaptarem-se a um mundo globalizado.

A internacionalização não deve ser considerada como atividade periférica e sim como estratégia das IES para a melhoria da qualidade dos programas de ensino, pesquisa e extensão, promovendo, desta forma, a inserção institucional no contexto mundial da educação superior.

Por meio desta dessa visibilidade, a instituição pode almejar a sua interlocução com instituições e com redes acadêmicas mundialmente renomadas, ampliando as múltiplas oportunidades para toda a sua comunidade científica, acadêmica e administrativa. Como reflexo dessa inserção pode trazer aos estudantes, professores, pesquisadores e gestores a oferta de novos conhecimentos, novas habilidades, novos comportamentos que lhes permitam atuar de maneira mais eficaz em contextos multiculturais.

Com essa idéia, já se define, imediatamente, quem são os atores do processo de internacionalização, pois de um lado temos a presença da equipe acadêmica e administrativa, ou seja, traz-se o corpo docente, formado por professores e pesquisadores, o corpo discente, formado por estudantes de graduação, pós-graduação, egressos e, ainda, o corpo administrativo, formado por todos os gestores que decidem e que movimentam a vida acadêmica. Destaca-se a importância do envolvimento dos principais gestores das IES no entendimento e envolvimento pessoal no processo de internacionalização, entendendo ser uma das prioridades institucionais. Porém, não se pode deixar de evidenciar, que além desses atores internos das instituições, a interlocução deve ser feita também e principalmente em nível externo, ou seja, com as agências de fomento, com organismos internacionais, com os órgãos de governo, com instituições de ensino superior, com organismos de investigação e desenvolvimento. Enfim, para que o processo de internacionalização seja efetivo e eficaz é fundamental que haja o engajamento de toda a comunidade interna da instituição e a sua interlocução com agentes externos e que promovam a efetiva ação internacional.

Ações de cooperação internacional que garantam o intercâmbio de conhecimento e experiências, e propiciem o diálogo cultural e intelectual devem ser desenvolvidas de maneira planejada, de acordo com uma política de internacionalização sintonizada com interesses das IES e os rumos do país.

O desenvolvimento de uma política de internacionalização eficaz passa pela identificação do nível de internacionalização em que a instituição já se encontra ou o entendimento da inexistência de ações dessa natureza. Para tanto, sugere-se que a administração superior, apoiada nos departamentos competentes, elabore um diagnóstico a fim de identificar: parcerias existentes, número de acordos e convênios assinados ativos e inativos, identificação de filiação em redes ou associações de cooperação internacional, levantamento da mobilidade já existente, seja ela de alunos, de professores ou de pesquisadores, levantamento de recursos oriundos de fontes de financiamento estrangeiras, levantamento das dificuldades externas ou internas, tais como ausência de infra-estrutura, ausência de pessoal qualificado, ausência de um departamento encarregado da gestão da cooperação internacional e assim por diante. Esse diagnóstico tem o objetivo de estabelecer algumas bases sobre o nível de internacionalização em que a instituição já atingiu e contribuirá com o estabelecimento de uma política estruturada, planejada e com metas mais efetivas para a internacionalização institucional.

A partir do diagnóstico, sugere-se a elaboração do plano de ação para a internacionalização institucional, conforme sugere os estudos de Jesús Sebastián (2004). Este autor propõe as seguintes fases: justificativa do plano de ação, objetivos para a cooperação

internacional, âmbitos e modalidades da cooperação, metas e indicadores do cumprimento do plano, instrumentos para a cooperação, financiamento do plano e das ações, gestão do plano, difusão dos resultados e avaliação dos impactos. Na elaboração do plano, é imprescindível o envolvimento da principal liderança e comunidade relacionada. A quantidade e qualidade das ações relacionadas a cooperação internacional deverá ser adequada aos interesses e potencialidades de cada IES.

A execução do plano pressupõe o acompanhamento deste, com o objetivo de avaliar o seu resultado e a sua eficiência dentro e fora da instituição. Deve-se ter em conta, para realizar a avaliação da cooperação internacional alguns dos itens propostos por Sebastián (2004): caracterização da instituição, caracterização da unidade gestora da cooperação internacional, estratégias para a cooperação, atividades de cooperação, financiamento, resultados e impactos obtidos, debilidades e mudanças necessárias.

A efetividade do processo de internacionalização de uma IES pressupõe ações e metas planejadas para todos os seus âmbitos de atuação. Pode-se, certamente, eleger alguns como prioritários, com ações mais imediatas, mas deve-se avançar como um todo, para que os resultados também sejam sentidos por todos os atores.

Âmbito de Atuação	Atores Envolvidos	Práticas
Gestão Universitária	Gestores	Troca de informações e experiências, participação em fóruns de discussão, programas de capacitação, assessorias, consultorias. Todos voltados para o desenvolvimento de uma política de cooperação internacional.
Graduação	Estudantes	Realização de programas de mobilidade acadêmica de curta duração (um semestre), cursos de dupla titulação, formação complementar, cursos profissionalizantes, atividades profissionais remuneradas ou não, cursos de línguas estrangeiras, estágios profissionais, entre outros.
	IES	A ampliação de oferta de cursos, a atualização e a inovação curricular, a modernização dos métodos e práticas de ensino, tanto feito com a saída dos professores brasileiros ao exterior tanto com a presença de professores estrangeiros aqui no Brasil
Pós-Graduação	Estudantes Docentes	Identificação de informações e editais sobre bolsas de estudos e oportunidades, e especialmente, deve usar os canais internos de comunicação para assegurar que a informação esteja atingindo o público interessado. A instituição deve ser tomada como referência para a obtenção de dados e de informações corretas e pontuais sobre as possibilidades de qualificação no exterior.
	IES	Cooperação para a formação e para o fortalecimento do corpo da pós-graduação, buscando as melhores oportunidades de qualificação no exterior, sejam elas bolsas de estudos para mestrados e doutorados, doutorados <i>sandwich</i> , ou, em se tratando de fortalecimento, a inclusão de professores estrangeiros nos cursos de pós-graduação, oferta de cursos em parceria, módulos internacionais desenvolvidos no país e no exterior, programas bilaterais de formação e de investigação.
Pesquisa	Estudantes Docentes (Pesquisadores)	Formação de pesquisadores, a mobilidade, a permuta de informações, a realização de eventos científicos, o desenvolvimento de centros de pesquisa, a melhoria da infraestrutura, aquisição de equipamentos para pesquisa, a participação em redes de investigação até as atividades de transferência de tecnologia, projetos conjuntos de pesquisa,

		tudo pode e deve ser feito com a participação de agentes, de recursos e de instituições internacionais.
Extensão	Gestores Docentes Estudantes	Difusão das ações culturais, com grupo folclórico, apresentações culturais de grupos estrangeiros na universidade, programas de educação continuada, veiculação internacional universidade-empresa, participação em organizações estrangeiras, e, acima de tudo, oferta de curso com vistas ao desenvolvimento regional e nacional com a participação de competências estrangeiras.

Figura 1: Práticas de Internacionalização por Âmbito de Atuação das IES

Fonte: Adaptado de STALLIVIERI, Luciane (2004)

Muitas são as práticas possíveis para o desenvolvimento de parcerias internacionais. Cabe a cada IES elaborar um diagnóstico a fim de identificar o seu perfil, os seus objetivos, onde estão suas áreas fortes e as suas áreas de maior fragilidade e partem em busca de parcerias alternativas e complementares que lhes auxiliem na resolução de problemas ou, se esse não for o caso, na busca de parcerias prospectivas para a visibilidade e inserção internacional, trazendo aos atores envolvidos como aos estudantes, professores, pesquisadores e gestores a oferta de novos conhecimentos, novas habilidades, novos comportamentos que lhes permitam atuar de maneira mais eficaz em uma sociedade interdependente e contextos multiculturais.

Destaca-se a necessidade do fortalecimento e a consolidação de uma cultura de internacionalização no interior das IES, significando que, para pensar em internacionalização, a universidade tem que preparar seus alunos, docentes e funcionários para este conceito.

Portanto, infere-se que a internacionalização deve ser incluída nos planos estratégicos das IES, devendo ter uma política definida para sua implantação, com metas e prazos bastante claros, de conhecimento de todas as partes interessadas e fazendo parte dos documentos institucionais e mais importante, de suas diretrizes estratégicas.

5 CONCLUSÃO

Os novos tempos em que vivemos, onde a quebra de paradigmas é cada dia mais acelerada, pressupõem uma Universidade mais competitiva, mais flexível, mais atualizada e com uma aguda capacidade proativa para gerar ciência, tecnologia e capacidade para acompanhar as drásticas e dramáticas mudanças no ambiente multidimensional dos negócios numa perspectiva globalizada.

A internacionalização universitária é certamente um dos grandes desafios do Brasil. Constata-se que os países da Europa articulam sua educação em torno de um espaço comum Europeu de qualidade, garantindo a desenvoltura internacional de seus alunos, formando cidadãos críticos com visão globalizada, prontos para o enfrentamento das exigências do mercado de trabalho, assim como garantindo o desenvolvimento de pesquisas conjuntas, bem como a produção do conhecimento voltado para a garantia da soberania de seu bloco. Já no Brasil, observa-se um desencontro nas ações internacionalizadas, deixando uma condição de passividade educacional internacional.

Entende-se que a educação superior tem um papel fundamental para a transformação desta realidade, com o melhoramento da qualidade de vida das populações, a promoção do bem-estar social, a promoção da democracia e da igualdade de acesso à ciência, educação e cultura. Estes objetivos “sociais da universidade” aliados ao compromisso de contribuir para a competitividade das organizações atuantes em uma sociedade interdependente e globalizada

exigem das IES um posicionamento estratégico rumo à internacionalização. Sabe-se que para atender as expectativas e demandas do setor privado, tanto para postos operativos ou administrativos, existe uma preferência para profissionais egressados que tenham tido experiências educacionais, de graduação ou pós-graduação em universidades estrangeiras. O aluno com experiência internacional tem currículo privilegiado e conhecimento amplo que lhe garante as melhores colocações no mercado de trabalho.

Internacionalização não deve ser considerada um modismo ou uma atividade periférica das IES. Deve ser entendida e efetivamente implantada como estratégia de melhoria da qualidade do processo educacional e pressupõe o envolvimento de todos os agentes, devidamente liderado pela principal liderança. Portanto, necessita de um plano estratégico de internacionalização, envolvendo ações em todos os âmbitos de atuação das IES, com mecanismos objetivos de avaliação dos resultados e eficiência deste processo dentro e fora da instituição.

É importante ressaltar também a necessidade, diante dos itens de internacionalização propostos na reforma da Educação, que sejam traçadas políticas objetivas para atuação conjunta do Estado e das Universidades, com financiamento específico, que garantam a soberania educacional do país.

Desta forma, a internacionalização exige das IES ousadia, visão global, estratégias, metas e práticas adequadas que garantam o intercâmbio de conhecimento e experiências para todos os atores envolvidos, refletindo especialmente no desenvolvimento das organizações que recebem os egressados e no aumento da soberania do País.

6 BIBLIOGRAFIA

ALBUQUERQUE, J.A.G. **A Alca na Política Externa Brasileira**. Política Externa. São Paulo, ago.-out. 2001.

BRAGWATI, Jagdish. **Em Defesa da Globalização: Como a Globalização Está Ajudando Ricos e Pobres**. Rio de Janeiro. Record, 2004.

CASTANHO, Sérgio E. M. **A Universidade entre o Sim, o Não e o Talvez**. In: VEIGA, Ilma Passos Alencastro; CASTANHO, Maria Eugênia L. M. (Org.). *Pedagogia Universitária : a Aula em Foco*. 2. ed. Campinas : Papyrus, 2000. Cap. 1, p. 13-48.

CASTELLS, Manuel. **A Sociedade em Rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CHARLE, C. e VERGER J. **História das Universidades**. São Paulo, UNESP. 1996

CHERMANN, Luciane de Paula. **Cooperação Internacional e Universidade: Uma Nova Cultura do Contexto da Globalização**. São Paulo: EDUC, 1999.

GACEL-ÀVILA, Jocelyne. **La Internacionalización de la Educación Superior - Paradigma para la Ciudadanía Global**. Guadalajara: Editorial Centro Universitario de Ciencias Sociales y Humanidades CUCSH - Universidad de Guadalajara - México, 2003.

IANNI, Octavio. **A Sociedade Global**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1992.

IESALC-UNESCO: Informe sobre la Educación Superior en América Latina y el Caribe 2000-2005. Caracas, 2006. Disponível em: <http://www.IESALC.unesco.org.ve/publicaciones/Boletin-InformeES.htm>

MORHY, Lauro. **Seminário de Relações Internacionais da UnB.** Universidade de Brasília, maio de 2005.

SCHAFF, Adam. **A Sociedade Informática.** 4.ed. São Paulo: Brasiliense, 1995.

SEBASTIÁN, Jesús. **Cooperación e Internacionalización de las Universidades.** Buenos Aires: Biblos, 2004.

STALLIVIERI, Luciane. **Estratégias de Internacionalização das Universidades Brasileiras.** Caxias do Sul: EDUCS, 2004.

TELES, A. C. T. O. - **Internacionalização Acadêmica: Um Percorso de Desafios.** Revista da UFG, Vol. 7, No. 2, dezembro, 2005.